

APRESENTAÇÃO*

Adriana Mesquita,
Cristiano Turbino,
Mônica Senna,
Rita de Cássia Freitas
(Organizadores)

Você tem sede de quê?

Você tem fome de quê?

(Comida – música de Sérgio Antunes, Marcelo Fromer e
Sérgio Brito)

A coletânea é fruto de uma pesquisa interinstitucional envolvendo pesquisadoras e pesquisadores de três universidades federais: a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa reuniu, inicialmente, pesquisadores do Grupo de Pesquisa “Política Social, Assistência Social, Serviço Social e Famílias”, da UFOP, em articulação aos Núcleos de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS) e de Avaliação e Análise de Políticas (NAP), ambos vinculados ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF. Posteriormente, esse grupo se adensou com professores da UFRJ. Contando com financiamento do edital Universal do CNPq, a presente coletânea faz parte do projeto de pesquisa intitulado “A (RE)CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA NA CENA CONTEMPORÂNEA”, sob a coordenação da pesquisadora Adriana Mesquita, cujo objetivo central é analisar a configuração institucional da política de assistência social brasileira diante da conjuntura de retração de direitos na área social. Essa foi a preocupação que ensejou nossos encontros e que hoje resulta na apresentação dessa coletânea.

* DOI - 10.29388/978-65-6070-108-3-0-f.14-22

Nas últimas décadas, a assistência social se tornou política pública de relevância na agenda governamental brasileira. Desde 2005, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), novos marcos regulatórios para a assistência social têm sido implantados no país, com a construção de processos democráticos e a qualificação da proteção social brasileira no que tange ao acesso a direitos. De fato, a implantação do SUAS trouxe inflexões significativas à institucionalidade da assistência social no Brasil. Ao introduzir uma lógica integrada entre serviços, projetos, programas e benefícios, deu materialidade à previsão constitucional de um sistema descentralizado e participativo para a área. Assim, o SUAS expandiu suas ações, seja em termos de infraestrutura e número de unidades, seja na oferta de benefícios, serviços, programas, projetos, o que contribuiu para incorporar segmentos sociais anteriormente excluídos ou com enormes dificuldades de acessar aos direitos sociais. Além disso, permitiu o processo de expansão do mercado de trabalho para diversas formações profissionais.

Todavia, o processo de constituição do SUAS tem enfrentado limites e contradições, postos tanto por elementos de ordem estrutural relativos à acumulação capitalista dependente em seu estágio atual quanto por um conjunto de aspectos político-institucionais que têm conformado sua condução no país. De um lado, destacamos o Golpe de 2016, que conforme Boschetti e Behring (2021, p. 70), fez com que o país avançasse “[...] a passos largos rumo à exacerbação do neoliberalismo, com aprofundamento das contrarreformas e privatizações”. E, de outro, a pandemia revelou que o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante do processo de contágio (Boschetti; Behring, 2021). Isso acabou por desaguar na política de assistência social, na medida em que as dimensões da vida (econômica, social e cultural) são fortemente afetadas. Nesse sentido, faz sentido o questionamento de Sérgio Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito: você tem sede de quê? Fome de quê?

É preciso reconhecer que a centralidade assumida pela assistência social possibilitou o acesso de amplos contingentes populacionais aos mecanismos públicos de proteção social, com efeitos positivos na redução das desigualdades de renda (Soares et al., 2007) e no reconhecimento dos direitos sociais de segmentos até então no limbo da proteção social pública. Trata-se, nesse sentido, de um campo de disputas e lutas sociais, cujo ciclo expansionista experimentado nas últimas décadas tem sido desmontando, sobretudo após o golpe que destituiu a Presidente eleita Dilma Rousseff e possibilitou a subida de grupos ultraneoliberais, ultraconservadores e fascistas ao centro do poder republicano do país. O retorno à uma gestão democrática e mais comprometida com a população trabalhadora, com a eleição do Partido dos Trabalhadores, em 2022, mesmo trazendo elementos positivos, ainda não conseguiu garantir o acesso pleno aos direitos sociais (afinal, a gente não quer só comidã!), uma vez que a conjuntura de forma geral – no Brasil e no mundo – convive com o fortalecimento dos ideais liberais e avanço da direita e extrema direita.

Dessa forma, é a partir da análise do processo de constituição, desmonte e desafios enfrentados pela assistência social brasileira para se tornar uma política pública capaz de promover proteção social e garantir direitos que surge essa coletânea, lançada exatamente no momento em que o SUAS completa 20 anos. A trajetória dessa política revela ambiguidades e contradições, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, que se expressam em múltiplas dimensões como entre classes sociais, étnico-raciais, gênero e diversidade sexual, regionais e capacidades estatais das diferentes esferas governamentais. Ainda que reconhecida como componente fundamental das políticas públicas voltadas à garantia de direitos e da proteção social, a política tem se deparado com recursos financeiros insuficientes, que restringem sua capacidade de ampliar a cobertura e a qualidade dos serviços ofertados; fragmentação político-organizacional e baixa capacidade de coordenação federativa, o que tende a aprofundar as desigualdades regionais; precarização das

condições de trabalho, com ausência de políticas de valorização dos trabalhadores do SUAS, dentre outros aspectos. Além disso, é imprescindível reconhecer que a assistência social está imersa em um contexto de desigualdades estruturais profundas, que extrapolam sua esfera de atuação isolada, apontando para a necessidade de integração entre diversas políticas públicas, inclusive econômica. Malgrado seus limites e os ataques que vem sofrendo, o SUAS vem demonstrando sua relevância enquanto mecanismo de proteção social, especialmente para os segmentos mais pauperizados da população brasileira, sobretudo em contexto de crise estrutural do capital, precarização do trabalho e intensificação de expropriação dos trabalhadores. Nesse sentido, urge não apenas resistir aos processos de desmonte do SUAS, mas também lutar para seu aperfeiçoamento e avanços na direção de garantia da proteção social e direitos de cidadania.

Para além de resultados da pesquisa acima mencionada, a coletânea reúne um conjunto de textos decorrentes de estudos que vêm sendo realizados por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições do país e que tomam a política de assistência social como preocupação de análise a partir de diferentes dimensões.

Nessa direção, a coletânea congrega estudos sobre a assistência social a partir de dois eixos centrais. O primeiro eixo, que constitui a primeira parte da coletânea, dedica-se à análise do SUAS enquanto modelo de gestão da política de assistência social. Seis capítulos integram essa parte. O primeiro, de autoria de Potyara Pereira, revisita o processo histórico de constituição da assistência social brasileira enquanto política pública de seguridade social a partir da Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos posteriores, de modo a analisar o conjunto de determinações que impôs limites ao alcance do caráter público, universal, coletivo e solidário que orientou o desenho constitucional da política pública em meio a um contexto social, político e econômico desfavorável.

O segundo capítulo, elaborado por Evilásio Salvador e Ravi Barros, toma como foco de análise a questão do financiamento e orçamento da política de assistência social, a partir da compreensão

de que essa questão está envolta pelas disputas em torno do fundo público e sua apropriação pelo capitalismo contemporâneo. A análise centra-se no período compreendido entre os anos de 2016 a 2022, no contexto de profunda austeridade fiscal imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e as alterações introduzidas pelo chamado Novo Arcabouço Fiscal adotado em 2023 no primeiro ano do terceiro mandato do governo Lula da Silva.

No terceiro capítulo, Mônica Senna examina as mudanças operadas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde o Golpe de 2016, com base na literatura sobre *policy dismantling*. A análise considera três aspectos centrais. O primeiro diz respeito às condições políticas que favoreceram o desmonte do padrão constitucional de proteção social. Em seguida, aborda as ambiguidades e fragilidades presentes no próprio processo de construção do SUAS. Por fim, identifica as estratégias adotadas para o desmonte da política de assistência social no período que vai até o ano de 2022.

O quarto capítulo foi elaborado por Márcia Estulano e Lenaura Lobato. Traz para o debate a questão da financeirização da política de assistência social no Brasil, compreendendo esse processo como uma das formas contemporâneas de reprodução do capital. A remercantilização das políticas sociais, a chamada cidadania financeira e a tendência de bancarização dos usuários da assistência social, o crédito consignado disponível aos beneficiários da política pública e o crescente endividamento das famílias brasileiras ganham centralidade na análise desenvolvida no capítulo.

A gestão municipal da assistência social no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) é o tema do quinto capítulo, elaborado por Stephanie Barreto e Mônica Senna. O foco da análise reside nas continuidades e mudanças nos programas federais de transferência monetária condicionada (PTMC), particularmente o Bolsa Família (PBF) e o Auxílio Brasil (PAB). A perspectiva adotada busca fornecer uma visão crítica das estratégias adotadas pelo governo federal no período e suas repercussões para a gestão local da

política e para a população mais vulnerável do país.

A primeira parte da coletânea se encerra com o capítulo elaborado por Adriana Mesquita, Cristiano França e Silva, Mônica Senna e Rita Freitas. O texto apresenta elementos para análise do trabalho profissional no Sistema Único da Assistência Social enquanto espaço sócio-ocupacional que se ampliou nos últimos anos, mas de forma precarizada. O estudo se valeu da compilação de dados quantitativos disponíveis na base do Censo SUAS, no ano de 2021, e publicados no site da Vigilância Socioassistencial da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, analisados de forma articulada ao exame da dinâmica macrosocietária e contraditória do capitalismo dependente brasileiro; bem como da cultura autoritária, patrimonialista, clientelista, filantrópica, caritativa, que fizeram (e ainda fazem) parte da trajetória histórica da assistência social no país.

A segunda parte da coletânea está voltada ao debate sobre famílias, gênero, raça/etnia e assistência social e contempla cinco capítulos. O primeiro, de autoria de Adriana de Andrade Mesquita, Cristiano Luis Turbino de França e Silva, Rita de Cássia Santos Freitas, Darana Azevedo e Sheila Dias Almeida, se dedica – a partir dos dados do CadÚnico – à análise do perfil socioeconômico da população usuária da política de assistência social. O texto destaca a importância do CadÚnico como importante instrumento, não apenas para o acesso da população a essa política e seus programas e benefícios; mas também como importante fonte de dados para identificar o perfil e necessidades desta população e, assim, contribuir para a formulação de políticas sociais.

O segundo texto, assinada por Marcelle dos Santos Cordon e Joana Garcia, se dedica ao estudo do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O artigo se volta à análise da proposta de acompanhamento familiar prevista por esse serviço e ofertada através dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). A partir de estudo desenvolvido junto a cinco CREAS do município do Rio de Janeiro, identifica diferentes concepções, finalidades e metodologias adotadas

no cotidiano de acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Já o terceiro texto, escrito por Renildo Junio de França Braga, Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Francilene Soares de Medeiros Costa e Liliâne Moser, se dedica a pensar as relações entre o processo de envelhecimento e suas implicações na vida familiar e nas políticas sociais. Fruto de pesquisa em desenvolvimento, o texto tem como objetivo realizar uma revisão de literatura analisando as principais discussões envolvendo as temáticas acerca do envelhecimento e as categorias inerentes a este processo, como cuidado, trabalho, família e proteção social no âmbito da Assistência Social brasileira. Trata-se de tema relevante e que, historicamente, não encontra muito destaque na formulação e implementação das políticas.

O quarto capítulo aborda a temática das masculinidades negras, tema igualmente pouco discutido no âmbito dos estudos acerca da política nacional de assistência social. O texto foi escrito por Daniel de Souza Campos e Vanessa Cristina dos Santos Saraiva e, sem deixar de reconhecer a importância das mulheres na gestão das famílias, apresenta reflexões acerca dos homens negros na constituição da Política Nacional de Assistência Social. O estudo se volta para um diálogo entre relações de gênero, masculinidades negras e proteção social, buscando pensar os homens negros como sujeitos e a necessidade – estratégica – de enfrentar a sua (in)visibilidade histórica no acesso aos programas da assistência social no Brasil.

Essa parte se conclui com o artigo, assinado por Ida Motta, adotando uma perspectiva feminista e interseccional no estudo sobre as mulheres em situação de rua. Dialogando com o texto anterior, uma preocupação presente neste artigo é também a perspectiva de compreender essas mulheres como sujeitos e retirá-las da invisibilidade que possuem para a formulação de políticas de proteção social. Enfatizando uma leitura interseccional, busca articular especialmente os marcadores de gênero, classe e etnia como forma de propiciar o conhecimento das especificidades que perpassam a vida dessas mulheres, como também, trazer elementos que possam

fortalecer a implementação de políticas públicas que possam impactar essas.

Assim, conclui-se essa coletânea. Ela traz a marca e as preocupações de suas autoras e autores. Ela é resultado da conclusão de uma pesquisa, trazendo aqui alguns dos resultados encontrados durante esse processo, bem como o diálogo com pesquisadoras e pesquisadores que fazem parte de nossa trajetória. É certo, porém, que a pesquisa efetivamente não se encerra aqui, pois as preocupações e nossos estudos persistem, na busca de maior conhecimento acerca de um tema tão caro para o Serviço Social: a Assistência Social como objeto de estudo. E, mais do que isso, a certeza de nosso compromisso com a produção de um saber que seja comprometido com a ampliação dos direitos sociais e da cidadania para a população usuária de nossos serviços: uma cidadania que garanta não apenas comida, mas igualmente, bebida, diversão, arte, amor, prazer, felicidade, e tudo inteiro, jamais pela metade.

A onda de conservadorismo que estamos vivenciando aponta mais do que nunca para a necessidade de resistência. Como os vários artigos aqui analisaram, é fundamental avançarmos na consolidação da política de assistência social, nas suas ações e serviços, bem como melhor conhecendo seus diferentes autores, seja a população atendida, seja os profissionais que a efetivam. Isso aponta, ainda, para a importância do respeito à pluralidade na busca do acesso a uma cidadania plena, para não perdermos os direitos conquistados e avançarmos no reconhecimento dos diferentes sujeitos, construindo narrativas antirracista e de equidade de gênero.

Dessa forma, agradecemos a todas e todos que participaram dessa coletânea, ou seja, as pesquisadoras e pesquisadores, que assinam os textos apresentados, bem como à professora Regina Miotto que nos brindou de forma muito gentil com o prefácio para esse livro. À todas e todos nosso carinho e o desejo que essa coletânea ganhe forças e percorra o cotidiano de todos os envolvidos nesta área. Espera-se que os capítulos que compõem essa coletânea contribuam para o olhar crítico e propositivo sobre a política de assistência social

enquanto parte do rol dos direitos de cidadania no país, direcionando-se a pesquisadores, docentes, estudantes, assistentes sociais, gestores e demais interessados no debate. Terminamos fazendo parafraseando o texto de Mesquita, França e Silva, Azevedo, Freitas e Almeida nesta coletânea, afirmando nossa esperança que essa coletânea garanta de alguma forma que efetivamente o amanhã “não seja só um ontem com um novo nome”¹. E que a PNAS possa, cada vez mais, contribuir para a consolidação de uma cidadania plena – que não se restrinja aos seus aspectos formais, mas garanta os direitos civis, políticos e sociais, e igualmente direitos sexuais, humanos, culturais, epistemológicos para que todas e todos tenham o acesso a uma cidadania nos mais diferentes domínios. Afinal, a cidadania deve ser por inteira e não pela metade.

¹ AmarElo (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior) (part. Pablo Vittar e Majur) – Emicida. Fonte: <https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pablo-vittar/>. Acesso em: 13 ago. 2024. Esta mesma citação é feita no primeiro texto da segunda parte dessa coletânea: “Análise do perfil da população usuária da política de assistência social no Brasil”, de autoria de Adriana de Andrade Mesquita, Cristiano Luis Turbino de França e Silva, Darana Carvalho de Azevedo, Rita de Cássia Santos Freitas e Sheila Dias Almeida.